



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proposta

Projeto Brasileiro

Brasília, outubro de 2012



1 - Existe, em seu país, política pública, programa ou estratégia de acesso ao Direito, para a população em condição de vulnerabilidade (grupos vulneráveis)?

No Brasil há grande conjunto de políticas públicas e programas para o reconhecimento e acesso ao Direito. Não há, porém, política nacional de acesso a direito.



OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.



OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.



2 - Indique as ações previstas por seu País para a divulgação de direitos das populações vulneráveis.

- Assistência Jurídica da Defensoria Públicas
- Assistência nas Delegacias para Mulheres
- Programa Jovens Negros
- Justiça Na Rua
- Núcleos especializados para assistência à população de rua
- Justiça Comunitaria
- Minha casa minha vida
- Reforma Agrária
- Documentação



Feriados Nacionais

Oficinas

Cartilhas

Portais web

Publicidade



3 - Quais são os grupos vulneráveis que o País considera prioritários para o oferecimento de informação sobre direitos?

- População em situação de rua
- Grupos raciais-étnicos com histórico de exclusão social (negros, indígenas)
- Refugiados
- Imigrantes pobres
- Toxicômanos
- Mulheres vitimadas por violência de gênero
- Crianças e adolescentes em situação de risco



5 - Aponte os aspectos, em sua opinião, que devem ser fortalecidos para melhorar a divulgação de direitos à população em condição de vulnerabilidade e, em particular, aos grupos prioritários.

- Criação de política geral de comunicação (diretrizes gerais e orientações genéricas, sem prejudicar as especificidades das diversas políticas envolvidas)
- Criação de Portal de acesso à Justiça
- Mobilização de stakeholders na área de comunicação



6 - Referencie, de maneira breve, um exemplo de boa prática de divulgação de direitos para a população em condição de vulnerabilidade realizado em seu país, e porque o considera boa prática.

- Bolsa Família
 - Política pública previu, desde o início, estratégia de comunicação.



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Dilma Roussef

Ministro da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Secretária Executiva

Márcia Pelegrini

Secretário de Reforma do Judiciário

Flávio Croce Caetano

Diretora de Política Judiciária

Kelly Oliveira de Araújo

Coordenador-Geral de de Democratização do Acesso à Justiça

Washington Leonardo Guanaes Bonini

Assessora de Direitos Humanos

Isis Menezes Taboas